A BATALHA PELO MANDATO

Sarney acusa "minoria radical" de solapar a ordem

O presidente José Sarney voltou a usar ontem, pela terceira vez, o seu programa semanal, «Conversa ao Pé do Rádio», transmitido em cadeia todas às sextas-feiras, para seguir na linha de combate a setores da Constituinte. Desta vez, Sarney acusou uma «minoria agressiva», não representativa da União, segundo ele, que «tenta criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o Governo».

Mas, advertiu: «Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso».

Ontem, Sarney foi ainda mais específico: ele atacou os grupos que lhe vêm fazendo oposição sistemática na Constituinte e os defensores de um mandato de quatro anos, embora sem nominá-los, salvo como «minorias radicais». Em sua opinião, querem «o caos» e o fazem «acobertados na imunidade parlamentar».

«Esta é uma ação contra a democracia. Não é o político José Sarney; é o poder, é a Presidência da República, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade» — acusou o Presidente, para em seguida apontar os que considera responsáveis: «Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem».

Sarney, depois de relembrar que esteve 20 anos no Congresso, dirigiu suas críticas aos partidos de esquerda que patrocinam os cartazes contra os integrantes do Centrão, apontando-os como «traidores do povo». Disse Sarney que no Congresso «têm homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amendrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execração pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semeiam cartazes com ofensas e os apontam como traidores, como se cada constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com as suas responsabilidades».

Em seu ataque aos autores dos cartazes, em meio à acusação de que os responsáveis pela iniciativa querem «coagir, para cercear a liberdade», o presidente Sarney faz uma inesperada defesa do presidente do PMDB, Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. «Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições. A democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do estado de direito».

Alerta

Numa leve referência aos boatos dos últimos tempos que o têm apontado como um provável suicida ou renunciante, ou que o comparam e a seu Governo aos períodos dos ex-presidentes Jânio Quadros e Getúlio Vargas, Sarney afirmou, depois de fortes ataques ao funcionamento da Constituinte: «Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o Governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes. Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso».

Ele disse, também, que «os poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na história do Brasil. A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. É sim, para defender o povo».

Sarney referiu-se às suas intervenções nos trabalhos da Constituinte afirmando ser seu «dever alertar como cidadão e, mais ainda, como Presidente, erros para que sejam corrigidos». Em sua opinião, «impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem ao processo institucional, é uma maneira de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições». Ele disse que, «uma constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja» e partiu para o contra-ataque, afirmando que, se tivesse sido seguida à risca a emenda de convocação da Constituinte por ele enviada ao Congresso em 1985, os trabalhos já teriam sido concluídos.

"Democracia não é isso"

"Brasileiras e brasileiros, bom dia.

"Infelizmente, sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática. Sinceramente, desejava que estivéssemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas, continua uma minoria agressiva, não-representativa da Nação, a tentar criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o Governo.

"Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney, é o poder, é a Presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade.

"Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem. Graças a Deus, e para sorte do nosso País, é uma minoria.

"O Congresso, ao qual pertenci durante mais de 20 anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execração pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semeiam cartazes com ofensas e os apontam como traidores. Como se cada Constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência com as suas responsabilidades.

"Tudo isso para quê? Para coagir. Para cercear a liberdade. Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições e a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do estado de direito.

"Eles tentam assenhorar-se da Constituintes, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro. Para criar o caos, julgam tomar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições.

"Os poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na história do Brasil.

A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E sim, para defender o povo.

"Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o Governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes.

"Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso.

"Tenho dado mostras e exemplos de tolerância. Ciente, absolutamente convicto de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito, com sacrifício. E muito sacrifício.

"Sempre pensei que o reingresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de concentração, abalizado por um pacto social e político que tanto me esforcei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros me ouviram falar do diálogo, da união, da necessidade de juntos lutarmos para atravessar dificuldades. Meu objetivo único, portanto, era e é o de consolidar as instituições democráticas, o de presidir a transição e chegar ao seu final.

"Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça.

"Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. É meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como Presidente, erros para que sejam corrigidos. Não se deve confundir Constituinte, processo de elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso, existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem contra o processo institucional, é uma maneira de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições. Mas, uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição e todxsestamos com vontade de ajudar a que seja melhorada.

"Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. Pois sou o único que não pode sofrer esta acusação, porque o projeto que eu enviei ao Congresso Nacional, que eu assinei, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse prazo era quatro de dezembro do ano passado. Eu dizia, no projeto que mandei ao Congresso, o projeto da Constituição, no artigo terceiro, que ela seria promulgada no curso da primeira sessão legislativa, da 48ª Legislatura. Portanto, quatro de dezembro do ano passado.

"Se tivessem aprovado o meu projeto, a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo. Mas, não fizeram. E acredito que por pressão de um grupo que desejava que ela demorasse o mais possível, para, acima de todos os poderes, por mais tempo, desestabilizar o País na técnica de um assalto ao Parlamento e para solapar a ordem jurídica do Brasil. Por mim, portanto, há muito tempo a Constituição já estaria concluída. Não tenho responsabilidade por quase um ano sem projeto e por um regimento que teve de ser modificado para que a Constituinte pudesse andar.

"Quero denunciar, portanto, mais uma vez, este clima, a pressão que fazem sobre o Governo Federal, sobre o Presidente da República. É uma inversão da ordem constitucional. É uma violência fora da lei, acobertada na imunidade parlamentar, instituto de que estão se valendo para ferir a ordem da harmonia entre os poderes da República. Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete.

"E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nessa tarefa, que é uma grande tarefa patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais, com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis, que desejam inviabilizar o nosso País. Muito obrigado. Bom dia e até a próxima sexta-feira".

Tom agrada e a estratégia será mantida

A estratégia adotada pelo presidente José Sarney no seu programa "Conversa ao Pé do Rádio", que vai ao ar às 6h00 da manhã das sextas-feiras, continuará. O Presidente está decidido a manter a ofensiva, sem retroceder, abrindo exceções apenas quando julgar "necessário o incentivo" ao desempenho dos constituintes. Sarney pretendia abrandar o tom mas foi aconselhado — apurou o **Jornal de Brasília** — a não ceder por uma questão de popularidade.

O tom vem agradando — de acordo com informações chegadas ao Presidente — a grande maioria dos ouvintes do programa. E estes ouvintes são formados por pessoas das classes mais desfavorecidas. Exatamente o público que o presidente Sarney quer agradar.

A partir desta informação e com o apoio dos ministros que compareceram à reunião promovida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, em favor dos cinco anos, Sarney decidiu então que continuaria perseguindo a aprovação do mandato de cinco anos pela Assembléia Constituinte. Na reunião promovida por Brossard, não houve unanimidade sobre duração de mandato, mas eles chegaram a um consenso: vão defender, pelo menos publicamente, mandato, igual para o atual Presidente e seus sucessores. Pelo menos dois peemedebistas ministros censuram a discriminação do mandato: Celso Furtado, da Cultura e o próprio Brossard. Eles não vêem razões para a discriminação.

Recurso

Mas, embora tenha retomado a campanha pelo mandato de cinco anos, o presidente Sarney ainda não decidiu entrar ou não com recurso junto ao STF pela manutenção do mandato de seis anos, de acordo com o que está previsto na Constituição em vigor. O Gabinete Civil da Presidência da República requisitou o termo da posse de Tancredo Neves/Sarney, mas este documento deverá ser guardado até que se defina a tendência dos constituintes sobre a questão do mandato. Só depois disso é que o Presidente tomará a decisão de recorrer ou não ao Supremo Tribunal Federal.

Se dois de seus conselheiros — o ministro Antônio Carlos Magalhães e o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos — recomendam o recurso, outros amigos e conselheiros do Presidente estão dispostos a não permitir que Sarney seja novamente alvo de ataques mais violentos.

Brossard não viu fato novo na fala

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem, em Vacaria (241 quilômetros da capital) que não notou nenhum fato novo no pronunciamento do presidente José Sarney no programa "Conversa ao Pé do Rádio". Para Brossard, o Presidente abordou apenas um "fato notório" — a pressão dos setores classificados de radicais contra os constituintes, colocados a execração pública ao terem seus nomes expostos em cartazes como sendo "traidores do povo". No entendimento do ministro da Justiça, o pronunciamento de Sarney representou uma defesa da "grande maioria" da Assembléia Nacional Constituinte, atingida pela ofensiva citada.

Paulo Brossard negou que a reunião que promovera em seu gabinete anteontem, com outros 14 ministros, faça parte de uma "ofensiva" para obter a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

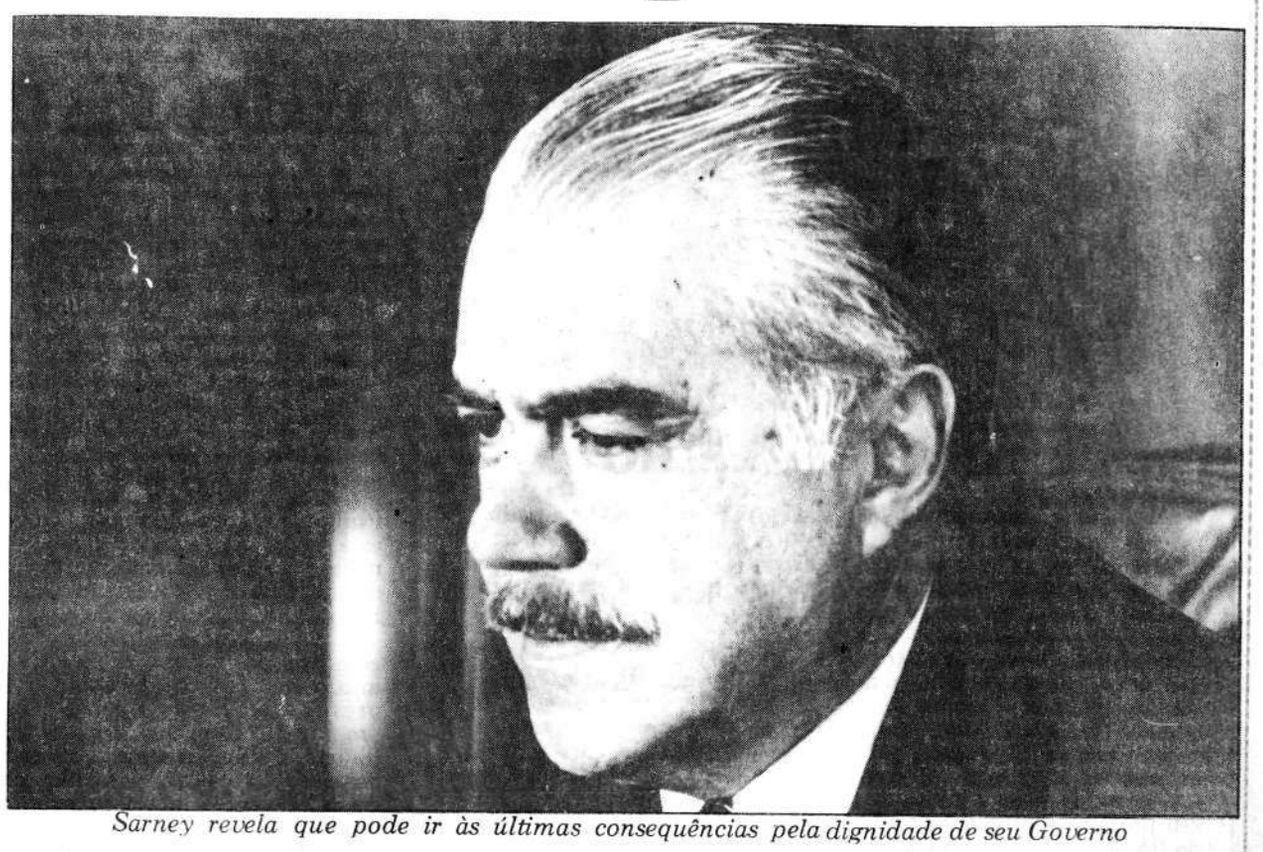
Aluízio defende a tese da transição

Recife — "Acho que ainda há um prazo necessário para se consolidar as instituições", disse ontem, no Recife, o ministro da Administração, Aluízio Alves, ao defender novamente um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele acrescentou que é totalmente contra a realização de eleições presidenciais, por entender que a transição democrática ainda não está concluída.

Segundo Aluísio Alves, outro problema que inviabiliza uma eleição para presidente este ano é a negociação da dívida externa brasileira, que está sendo conduzida pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Ele acha que, com eleições, as negociações para pagamento da dívida serão cheias de incertezas quanto ao Governo que irá executar os acordos.

O ministro da Administração assegurou que não tem qualquer informação a respeito do Palácio do Planalto de que o presidente Sarney estaria para recorrer à Justiça, numa tentativa de garantir um mandato de seis anos.

Também defendendo cinco anos de mandato para o Presidente, o ministro do Interior, João Alves Filho, disse que "todos sabem das dificuldades para a realização de eleições presidenciais este ano, uma vez que a Constituição nova ainda não foi concluída".



Sarney revela que pode ir às últimas consequências pela dignidade de seu Governo

Presidente apelará a recursos extremos por prerrogativas

O presidente José Sarney declarou ontem ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) que está disposto a ir às últimas conseqüências para preservar as prerrogativas pessoais e a dignidade de seu Governo. Ao deixar o gabinete presidencial, Cardoso Alves não tinha dúvidas: o Presidente está lançando uma ofensiva final em defesa do mandato de cinco anos. E aconselhou-o a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), hipótese vista como último recurso, se forem esgotados todos os canais de negociação com a Assembléia Nacional Constituinte.

O deputado deixou o Planalto convencido de que o requerimento do termo de posse do presidente Sarney feito à Mesa do Senado tem como objetivo ampliar os argumentos de defesa do Governo. Seria um último recurso, que, na opinião de Roberto Cardoso Alves, deve ser usado para mostrar a força do direito num Estado democrático. A Constituição em vigor define, num artigo, o mandato do presidente Sarney em seis anos, e em outro artigo, convoca a Assembléia Nacional Constituinte. O que estamos produzindo se deriva desse princípio, afirmou.

O presidente Sarney, no entanto, de acordo com Roberto Cardoso Alves, não deu nenhuma indicação se irá recorrer ao Supremo para fazer valer esse princípio. Mas, nos corredores do Palácio, a movimentação de funcionários do Gabinete Civil e da Consultoria-Geral da República reforça a crença do deputado de que o Presidente articula um lance decisivo. O ministro Ronaldo Costa Couto disse que o termo de posse foi requerido para ser enviado, juntamente com outras peças, ao memorial Tancredo Neves, em Minas Gerais. Mas, acho que não é para isso, e sim para que o Presidente tenha elementos de defesa, contou.

Textualmente, Cardoso Alves disse ter ouvido do presidente José Sarney que "em defesa de minhas prerrogativas, da dignidade do Governo e de meus direitos, irei às últimas conseqüências". Na interpretação do parlamentar paulista, ao usar o programa "Conversa ao Pé do Rádio" para criticar os grupos radicais, Sarney, na verdade, estava se defendendo. O Presidente se sente profundamente atingido pelos ataques desferidos contra ele na Assembléia Constituinte.

Desarmamento

O presidente José Sarney fez ontem um apelo ao desarmamento dos espíritos, em conversa com o presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena, durante audiência concedida no Palácio do Planalto. O Presidente manifstou preocupação com o que considera um clima emocional predominante no setor político.

Segundo revelou Lucena, o presidente Sarney pediu empenho do presidente do Congresso para o apaziguamento dos espíritos, argumentando que o confronto não pode interessar a ninguém e que seu compromisso é com a conclusão da transição democrática.

Para Almino, ninguém quer incendiar o País

Cuiabá — «Não vejo radicais incendiando o País, o que vejo é a crise econômica, o desemprego, o descrédito do povo nas instituições e nos governantes. A Constituinte não é um problema, é um fórum de debates que analisa propostas diversas e o Presidente não pode estabelecer prazos para a Constituinte, porque ela é soberana, foi eleita pelo povo, que é o titular do poder». Dessa forma o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, reagiu ontem às críticas à Constituinte formuladas pelo presidente José Sarney, no seu programa semanal «Conversa ao Pé do Rádio».

Almino Affonso esteve em Cuiabá para reunir-se com o governador Carlos Bezerra, o prefeito Dante de Oliveira e lideranças peemedebistas do Estado para discutir a proposta de elaboração de um plano emergencial para superar a crise econômica, social e política durante o processo de transição democrática.

Dizendo-se favorável à eleição para presidente «ontem», o vice-governador de São Paulo disse que o presidente Sarney precisa compreender «que não estamos querendo fazer um golpe, não estamos conspirando contra seu Governo, estamos apenas trabalhando a favor do País», já que sua proposta é obter apoio de lideranças políticas, empresariais e trabalhistas para um plano emergencial que supere «essa crise que está se avolumando e, ela sim, pode levar a um retrocesso, a um golpe de Estado, porque a desagregação cria as condições para isso».

Resposta

Almino Affonso rebateu supostas declarações do presidente Sarney de que sua peregrinação pelo País tem por objetivo preparar a campanha presidencial do governador Orestes Quércia.

«O presidente Sarney deve ter uma bola de cristal deformada, caolha, porque em nenhum momento da minha peregrinação falei em sucessão presidencial, e muito menos em nomes, até porque o governador Quércia já deixou bem claro que não quer ser candidato», disse o vice-governador. Ele acrescentou que «a vida pública se empobreceu tanto que até as propostas mais nobres são interpretadas de forma mesquinha».

Passarinho constata "choque"

«Ja não se trata mais de uma Rota de colisão, mas da constatação de um choque entre a Constituinte e o poder Executivo». Foi assim que o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, recebeu ontem os ataques do presidente Sarney à Assembléia Nacional Constituinte e a notícia de que o presidente poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir o seu mandato. Para Passarinho, que no início da semana alertou, em discurso no Senado Federal, para as conseqüências do acirramento da atual crise política, caberá aos constituintes encontrar uma solução negociada que pode vir através da adoção do sistema parlamentarista de governo.

Passarinho deve se encontrar neste final de semana com os deputados Pimenta da Veiga e Antonio Brito, dois dos principais articuladores do grupo parlamentarista, para discutir o sistema de governo dentro do contexto da crise política nacional.

Como o núcleo da crise entre o Legislativo e o Executivo, para Passarinho, está no mandato do presidente Sarney, e não nas teses relativas aos direitos sociais aprovadas pela Assembléia, as lideranças políticas devem agir enquanto «ainda é intenção, e não fato consumado» a possibilidade de Sarney recorrer ao STF para garantir o seu mandato.

Para ACM, é desnecessário ir ao Supremo

"O presidente Sarney não precisa recorrer ao Supremo Tribunal Federal para definir a duração de seu mandato", disse ontem o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações. ACM acrescentou que Sarney mandou pedir no Senado uma cópia de seu ato de posse na Presidência da República para tê-lo em seu arquivo.

A duração do mandato do presidente Sarney, segundo o ministro, é uma coisa simples, que deverá ser resolvida politicamente pelo Congresso Nacional e pela Constituinte. Entretanto, mesmo negando que o Presidente pretenda usar uma cópia de seu ato de posse para recorrer ao Supremo Tribunal Federal, Antônio Carlos Magalhães terminou acrescentando: "Quem sabe se isso politicamente não será um elemento de convencimento daqueles que não estão querendo se convencer de uma coisa tão clara, que é o mandato do Presidente da República".

De qualquer forma, o ministro preferiu dizer que o ato de posse é um documento importante que o Presidente, como escritor e historiador, gostaria de guardar, porque serve para sua vida. Não houve, de acordo com Antônio Carlos Magalhães, objetivo político no pedido encaminhado ao Congresso Nacional. Ele também acha que Sarney não voltará a defender seis anos para seu mandato, depois do compromisso assumido por Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves de que o seu governo seria de cinco anos.

Antônio Carlos Magalhães, ao sair do Palácio da Alvorada, na manhã de ontem, depois de conversar com o Presidente, também disse que o ministro Aureliano Chaves continuará firme no Governo, acrescentando que ele é um homem extremamente leal ao Presidente, embora tenha as suas idéias e as exponha com muita franqueza a Sarney. O presidente, segundo o ministro das Comunicações, disse que estava muito satisfeito com a conversa que acabara de ter com Aureliano Chaves.

Antônio Carlos Magalhães disse que não sabia da saída de qualquer ministro do PMDB do Governo, até porque o deputado Ulysses Guimarães não desejaria que nenhum deles se afaste.

O ministro das Comunicações ainda criticou os trabalhos da Constituinte, principalmente na aprovação de determinados benefícios, considerados por ele causuístas, como o salário-férias, o aumento do período da licença-gestante e a licença de oito dias para o pai.

Hargreaves diz que houve um equívoco

O subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, saiu em campo ontem, para convencer os constituintes de que o Palácio do Planalto pediu a cópia do termo de posse do presidente José Sarney para ser incluída na documentação do projeto memória dos ex-presidentes, que está sendo feito pelo assessor presidencial Virgílio Costa. Segundo Hargreaves, em nenhum momento foi cogitada a intenção de usar a certidão em um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para o governo garantir o mandato de seis anos.

Antes de chegar ao Congresso Nacional, Hargreaves, segundo contava, foi chamado ao Palácio da Alvorada pelo presidente Sarney, que disse ter ficado surpreso com a notícia dos jornais, informando que ele pediria o termo de posse à Mesa do Senado. Hargreaves explicou a Sarney, segundo disse, que fez verbalmente o pedido à Mesa para o projeto memória.

O presidente Sarney disse a Hargreaves, segundo assessor, que se precisasse do termo de posse para apresentar recurso ao Supremo, como informam os jornais, teria feito formalmente um requerimento ao presidente do Senado, Humberto Lucena. Segundo o subchefe do Gabinete Civil, tudo não passou de um equívoco.